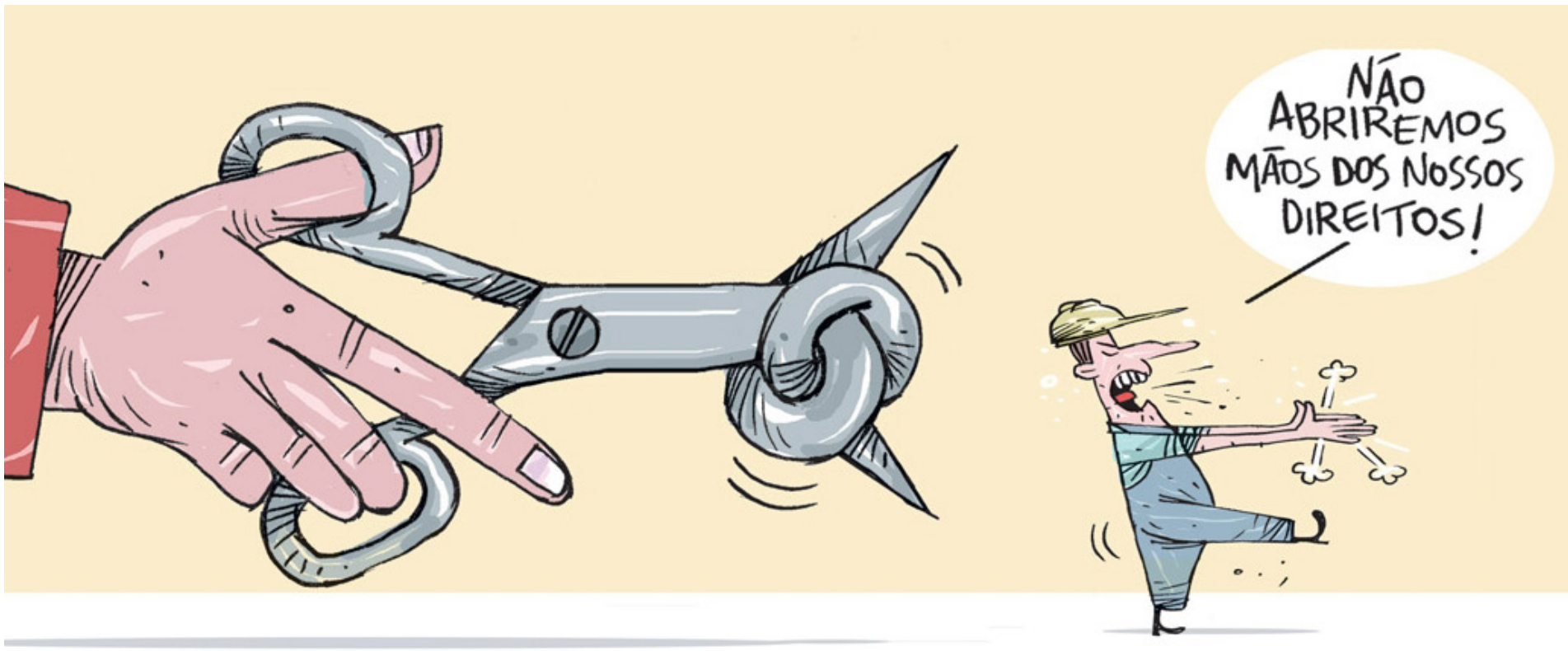
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC
LINHA VIVA
Nº 1385 - 07 de dezembro de 2017
·IMPRESSO·

É preciso estar VIGILANTE

TENTATIVA DE DESTRUIÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DEVE MANTER TRABALHADORES MOBILIZADOS



Depois de destruir com os direitos trabalhistas dos brasileiros, o governo golpista de Michel Temer retomou o ataque à aposentadoria do povo. Abandonada depois de uma forte rejeição da população, a "Reforma da Previdência" voltou à pauta, mesmo com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tendo comprovado que não existe déficit na previdência.

As entidades sindicais e sociais já começaram a mobilizar os trabalhadores para lutarem contra mais este ataque aos direitos do povo brasileiro. Uma greve nacional estava marcada para a última terça-feira, dia 05, data que era prevista para a votação na Câmara de Deputados. Prevendo a forte mobilização, o Governo recuou e desistiu de votar a matéria esta semana. As grandes Centrais Sindicais (CUT, UGT, CTB, Nova Central e CSB) avaliaram que a Greve Geral deve acontecer no dia da votação, causando mais impacto e pressão sobre os parlamentares e, por isso, suspenderam o movimento paredista. No entanto, a terça-feira foi transformada em um dia nacional de Atos e Protestos em Defesa da Aposentadoria, tendo registrado fortes manifestações em diversas cidades e estados do país.

Para os sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul, este é um momento de constante vigília. Os trabalhadores devem permanecer mobilizados e preparados para lutarem pelos seus direitos e contra os ataques á previdência.

É hora de pressionar os Deputados e Senadores que decidirão o futuro de todos os brasileiros. O Governo pretende votar a reforma na próxima semana e é dever dos trabalhadores aderir à greve geral, exigindo a não votação desta proposta extremamente prejudicial ao povo brasileiro.

"Abandonada depois de uma forte rejeição da população, a "Reforma da Previdência" voltou à pauta, mesmo com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tendo comprovado que não existe déficit na previdência"

ELETRICITÁRIOS

DIA DO ELETRICITÁRIO É REALIDADE

Data é reconhecimento pelo trabalho dos eletricitários catarinenses

O próximo sábado é um dia especial para todos os trabalhadores do setor elétrico catarinense. Pela primeira vez os eletricitários poderão comemorar o seu dia. Reconhecimento pelo trabalho essencial que prestam à sociedade, o Dia do Eletricitário é fruto de uma luta conjunta dos sindicatos da Intercel e do Deputado Estadual Dirceu Dresch (PT), autor da proposta aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) em Abril deste ano. O dia 9 de Dezembro foi escolhido para homenagear os eletricitários catarinenses por ser o dia de fundação da maior estatal de Santa Catarina, a Celesc.

Sempre houve uma grande confusão quando se tratava de reconhecimento do nosso trabalho, afinal de contas, apesar dos trabalhadores da Celesc prestarem um serviço público, por serem de uma empresa de economia mista não são considerados funcionários públicos.

Agora, temos um dia para homenagear e reconhecer o nosso papel fundamental na indução d desenvolvimento de Santa Catarina. Esta data é reflexo daquilo que a Intercel sempre defendeu: independente daquilo que nos diferencia, somos todos irmãos trabalhadores, somos todos eletricitários. É na força do coletivo que construímos empresas públicas fortes que levam energia de qualidade à sociedade catarinense. É na força do coletivo que defendemos nossos direitos, tendo dignidade para vida, saúde e trabalho.

Parabéns a todos os trabalhadores eletricitários de Santa Catarina!

CELOS

DIRETORIA NÃO FOI AFASTADA

Moacir Pereira e os padrões de manipulação da grande imprensa

Na noite da ultima segunda-feira uma nota no blog do colunista Moacir Pereira causou alvoroço nos celesquianos: "PREVIC decide afastar diretores da Celos", dizia. Novamente, no entanto, o colunista do DC, em uma cruzada contra a Celos e contra os sindicatos da Intercel, usa de métodos de distorção e manipulação para atacar a fundação, dando vazão à boataria e ao mau-caratismo.

Em 2016 a Celos encaminhou o pedido de habilitação dos Diretores e de membros do Conselho Deliberativo ao órgão regulador. A PREVIC habilitou os conselheiros, mas não havia respondido até este mes a fundação sobre a habilitação dos diretores. Em decisão monocrática, ou seja, tomada sem consultar nenhum outro diretor da PREVIC, um deles rejeitou a habilitação por "fata de comprovação de conduta ilibada" dos diretores da Celos. A justificativa é que existe um processo a ser julgado pela própria PREVIC sobre PAD´s da Celos, onde estão listados os Diretores.

O caso fica estranho quando é analisado sem o calor do denuncismo. Ao todo, 17 pessoas estão listadas neste processo, incluindo 2 conselheiros em atividade que tiveram a habilitação concedida. Então por que eles teriam a conduta ilibada e os diretores não? Vale lembrar, ainda, que o julgamento dos PAD´s da Celos é de responsabilidade do Conselho Deliberativo e não da Diretoria. Então o caso é que os responsáveis pelos PAD´s que estão sendo investigados pela PREVIC foram habilitados, mas os diretores que nada tem a ver com eles, não foram. Estranho, não?

Voltando à noticia do colunista, ela mente ao induzir o leitor a acreditar que a PREVIC afastou sumariamente a Diretoria. Os diretores nãos foram afastados e continuam em suas respectivas atividades, tendo entrado com recurso desta decisão solitária do Diretor da PREVIC. Mesmo que o recurso deles seja negado, eles não serão sumariamente afastados. Neste caso o recurso é analisado pelo pleno dos Diretores da reguladora, tendo ainda mais uma instância de recurso, que é o Conselho Nacional de Previdência Complementar.

"Há elementos políticos neste processo, isto é claro. E é com estes elementos que Moacir Pereira joga. Ao usar um título chamativo e denuncista, induz o leitor a condenar quem nem deveria estar neste tribunal"

Há elementos políticos neste processo, isto é claro. E é com estes elementos que Moacir Pereira joga. Ao usar um título chamativo e denuncista, induz o leitor a condenar quem nem deveria estar neste "tribunal". Temos constantemente alertado aos celesquianos dos padrões de manipulação da grande imprensa e de como ela se estrutura para atacar os sindicatos e legitimar violências contra os trabalhadores, como as malfadadas reformas que só nos retiram direitos. Por isso não podemos aceitar nem colaborar com a mentira. Na sociedade onde a velocidade da notícia é mais importante que a apuração da verdade, temos que ser críticos e responsáveis. Sabemos que a troca de mensagem é intensa entre os trabalhadores. Grupos de WhattsApp divulgam rapidamente e comentários acabam legitimando uma mentira. Mas a verdade agora vem à tona e temos certeza que os celesquianos não servirão à cruzada de Moacir Pereira contra a Intercel e as entidades administradas pelos próprios trabalhadores.

ELETROSUL

ARTICULAÇÃO POLÍTICA EM DEFESA DA ELETROSUL

Semana intensa na luta contra a privatização da Eletrobras

A última semana de novembro foi intensa para a luta contra a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias. Na segunda-feira 27, o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Eletrosul, na Assembleia Legislativa de SC contou com a presença expressiva dos trabalhadores da Eletrosul e de representantes dos movimentos sindical e social, mostrando o forte engajamento e mobilização em defesa da Eletrosul.

Em Brasília, obtivemos uma importe vitória que foi a aprovação do PDC948-01 na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Este Projeto de Decreto Parlamentar coloca a obrigatoriedade de realização de Referendo Popular para permitir a privatização da Eletrobras, suas subsidiárias e empresas controladas. Agora, o projeto está pronto para ir ao plenário da Câmara.

Houve também a realização de Audiência Publica na Comissão de Defesa da Câmara, onde debateu-se os riscos à Soberania Nacional em caso de privatização da Eletrobras. No mesmo dia, houve o lançamento das Frentes Parlamentares em defesa da Eletronorte e da Eletrobras. Nesta, que contou com a presença de todos os presidentes das Frentes em Defesa da Eletrosul, Eletronorte, Chesf e Furnas, foi assumido o compromisso de atuação conjunta das Frentes para ampliação da resistência parlamentar contra a privatização, com a agenda de reuniões ampliadas com parlamentares das diversas regiões do país.

Por fim, continuamos com o trabalho de contato com Deputados e Senadores dos estados de SC, RS, PR e MS, apresentando a importância da Eletrosul Pública para estes estados, e convidando-os a aderir à Frente em Defesa da Eletrosul, que já conta com 215 Deputados e 5 Senadores.

Nesta semana, o dirigente Eduardo Back estará novamente em Brasília representando a Intersul, na busca de mais adesões à Frente em Defesa da Eletrosul e, em conjunto com representantes do CNE, buscar assinaturas para a tramitação do PDC948 em regime de urgência, para que seja votado antes do projeto de lei (PL) da privatização.

Vamos em frente!

REFORMA TRABALHISTA

REFORMA TRABALHISTA ÀS FAVAS

Citando Constituição Federal, Juiz de São Paulo rejeita reforma tralhista em julgamento

Ao não aplicar a reforma trabalhista, que entrou em vigor no último dia 11, um juiz de São Paulo (SP) reverteu a demissão em massa de mais de 100 funcionários de um grupo hospitalar da capital paulista. O pedido foi feito pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que ajuizou ação civil pública em outubro após denúncias de que as dispensas em massa, sem negociação coletiva com o sindicato da categoria, teriam sido causadas por um processo de terceirização ilícita.

De acordo com o MPT, ao todo, os hospitais demitiram, em setembro, 68 fisioterapeutas e 62 empregados de outras categorias, e terceirizaram todo o setor de fisioterapeuta. Para o órgão, a dispensa foi abusiva por ter sido realizada sem negociação coletiva prévia. E, mesmo que a nova Lei da Terceirização autorize a contratação de profissionais para realizar a atividade-fim da empresa, a legislação não autoriza a modificação unilateral de contratos de trabalho, caso de demissões em massa, segundo o MPT.

Em decisão liminar da última quinta-feira (23), o juiz trabalhista Elizio Perez, da 41ª Vara do Trabalho de São Paulo, não aplicou a nova lei trabalhista na análise do caso. Pelo recém-criado artigo 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), "as dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas, equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação".

Perez embasou sua decisão na Constituição Federal (CF), que protege o empregado de dispensas arbitrárias, sob o argumento de que "não é dado ao legislador ordinário legislar em sentido diametralmente oposto às regras constitucionais". Pelo fato de a CF ser considerada a maior lei no direito brasileiro, ela estaria acima da lei trabalhista que começou a valer em novembro.

"Essa situação não é admitida pelo nosso ordenamento jurídico, que alberga o princípio de vedação ao retrocesso social, do qual decorre a impossibilidade de redução dos direitos sociais trabalhistas previstos no artigo 7º da CF, assim como deve observar o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana como fundamentos do Estado Democrático e como princípios orientadores da atividade econômica", anotou a procuradora Elisiane dos Santos, responsável pelo caso.

O magistrado declarou o cancelamento das demissões em massa realizadas em setembro, além de determinar a reintegração dos empregados até o próximo 4 de dezembro. Caso o grupo hospitalar realize nova dispensa sem negociação prévia com o sindicato da categoria, está sujeita a multa diária de R$ 50 mil por trabalhador prejudicado.

CELESC

AVALIAÇÃO DO CONSELHEIRO

Pesquisa de avaliação da atuação do Representante dos Empregados no Consleho de Admnistração da Celesc foi enviada aos trabalhadores

O trabalhador celesquiano tem a oportunidade de ajudar a construir uma representação forte, democrática e transparente. Para isso, basta responder o questionários de avaliação da atuação do Representante dos Empregados no Consleho de Administração da Celesc, Leandro Nunes da Silva.

Realizada pela primeira vez no último ano, a pesquisa cntribui com o desenvolvimento de consolidação da representação dos trabalhadores, orietando as ações do conselheiro em defesa dos direitos dos trabalhadores e em defesa da mautenção da Celesc Pública.

ASSEDIO

PREVENÇÃO AO ASSÉDIO MORAL

Seminário debate assedio no local de trabalho

O Sinergia esteve presente no V Seminário Catarinense de Prevenção ao Assédio Moral no Trabalho, em paralelo ao primeiro Congresso sobre Riscos Psicossociais e Saúde nas Organizações e no Trabalho. A diretora Vivian da Silva Celestino apresentou o trabalho "Rede VidaViva: Estratégias sindicais para prevenção dos problemas relacionados à saúde do trabalhador", implantado na Celesc em 2005 e incorporado no Acordo Coletivo desde 2014, que vem alcançando resultados preventivos importantes aos trabalhadores da empresa. Vivian destacou que uma grande vantagem do programa Rede VidaViva é que sua implantação e operacionalização ocorrem horizontalmente, ou seja, não segue a hierarquia da empresa. O Rede VidaViva não possui, portanto, interferência do corpo gerencial, de assistentes ou diretores, sendo executado pelos trabalhadores de forma geral, muitos deles formados monitores. Essa premissa permite que os trabalhadores sejam agentes atuantes de seu próprio cotidiano laboral, contribuindo para o bem-estar no ambiente e processos de trabalho.

A coordenação da mesa, realizada pela diretora do Sinergia, contou ainda com Arthur Lobato, psicólogo da área de saúde do trabalhador no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e com Maria Elizângela Andrade, estudante de psicologia da Universidade Federal de Campina Grande. Arthur destacou que o sistema de metas implantado nos tribunais regionais de Minas Gerais só vem se mostrando eficiente em um quesito: no aumento do assédio moral nesses ambientes de trabalho. Segundo ele, a cobrança para aumento de produtividade e celeridade de processos baseada em metas, somada a uma organização administrativa que conta com muitos procuradores, desembargadores, gerentes e chefes e poucos servidores administrativos, vem gerando uma demanda enlouquecedora. Com isso, o que vem se constatando é o assédio moral horizontal, ou seja, o assédio entre trabalhadores de um mesmo nível hierárquico e o adoecimento de muitos deles, sem que passe a existir maior eficiência do sistema judiciário. Maria Elizângela, por sua vez, demonstrou a estrutura do CEREST de Campina Grande, salientando que muitas vezes o trabalhador que está passando por um caso de assédio moral ou adoecimento laboral não encontra no Órgão uma inter-relação entre as áreas da saúde e jurídica que o possa encaminhá-lo de maneira mais correta.

ELETROBRAS

FICA QUIETO, PINTO JÚNIOR

Comissão de Ética adverte presidente da Eletrobras

A Comissão de Ética Pública da Presidência decidiu nesta segunda-feira (27) advertir o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior. Em junho, ele provocou mal-estar entre sindicalistas ao se referir a 40% da chefia da empresa como "vagabundos" e "safados". A fala do presidente da estatal ocorreu durante a discussão de um plano de reestruturação da Eletrobras, com a previsão de cortes de funcionários. "São 40% da Eletrobras. 40% de cara que é inútil, não serve para nada, ganhando uma gratificação, um telefone, uma vaga de garagem, uma secretária. Vocês me perdoem. A sociedade não pode pagar por vagabundo, em particular, no serviço público", disse Wilson na oportunidade.

Ele também afirmou, ao justificar cortes na empresa, que "temos muito mais gerentes do que precisa. Temos um monte de safado, lamentavelmente, que ganha lá 30, 40 paus (mil reais). Tá lá em cima, sentadinho". A advertência foi comunicada nesta segunda pelo presidente da comissão de Ética, Mauro Menezes."Temas uma decisão da comissão no sentido de aplicar ao atual presidente da Eletrobras, Wilson Pinto Ferreira Júnior, a sanção de advertência", disse. A comissão apura conduta do primeiro escalão da administração pública. De acordo com Menezes, a advertência foi aprovada por unanimidade pelos integrantes da comissão, seguindo o voto do relator Américo Lacombe.

"O presidente da Eletrobras teria em reunião com gerentes, dirigentes e empregados da Eletrobras, se referido e utilizado termos depreciativos em relação a empregados da Eletrobras, o que evidentemente não compõe com a conduta que se espera do exercício desse cargo", disse Menezes.

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Amilca Colombo
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

AGENDA do bom velhinho

PAPAI NOEL DO SINERGIA VAI PASSAR NOS LOCAIS DE TRABALHO

07/12 – Engie (7h)
Celesc Sede (9h)

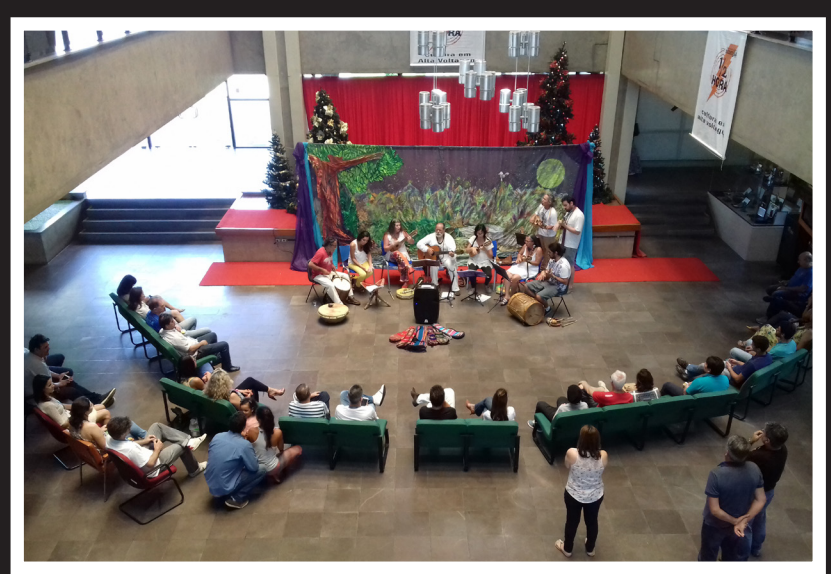
08/12 – DVOM Celesc (7h)
ARFLO (9h)
LOJAS (Kobrasol e Palhoça), Roçado e Almoxarifado Celesc (13h as 17h)

11/12 – Eletrosul Sede (8h)
ONS (15h)

12/12 – CEREJ (8h)
Loja Buguaçu (9h30)
Eletrosul Sertão (10h30)
Loja Centro Celesc (15h30)
Anistiados Eletrosul Centro (16h)

Obs.: estes horários podem sofrer pequenas alterações!

Projeto MEIA-HORA



NÃO PERCA ÚLTIMA APRESENTAÇÃO DO PROJETO MEIA!

DIA 08/12, NA ENGIE COM GRUPO COLIBRI